Of. nº 1132/GP.

Paço dos Açorianos, 10 de setembro de 2013.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Colenda Câmara, o Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre os procedimentos para supressão, transplante ou poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre, e revoga os Decretos n. 10.237, de 11 de março de 1992; 10.258, de 3 de abril de 1992; 15.418 de 20 de dezembro de 2006; 17. 232 de 26 de agosto de 2011; 18.083 de 21 de novembro de 2012; e 18.305, de 28 de maio de 2013”.

Este Projeto de Lei Complementar visa atender ao disposto no parágrafo único do art. 243 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o qual determina que uma lei complementar definirá os casos em que, por risco à pessoa, dano ao patrimônio ou necessidade de obra pública ou privada, se admitirá o abate, a poda ou o corte, e definirá sanções para os casos de transgressão da norma legal. De igual forma, o presente Projeto de Lei Complementar visa atender ao que dispõe a Lei Complementar nº 65, de 22 de dezembro de 1981, estabelecendo um sistema de compensação vegetal, que até então vinha sendo regulado por meio de decretos, a fim de atender ao art. 5º, inc. II, da Constituição Federal de 1988, garantindo segurança jurídica aos administrados.

A Sua Excelência, o Vereador Thiago Duarte,
Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A compensação vegetal originou-se nas práticas que antecederam a incorporação dos princípios do Estado Socioambiental, estabelecido na Constituição Federal, de 1988, e consiste no reconhecimento da necessidade de que os particulares o Poder Público compensem o meio ambiente pelos atos autorizados de poda e remoção de vegetais, nos casos estabelecidos em lei. Não se trata da compensação ambiental, decorrente de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, uma vez que esta que ganhou força no Brasil, a partir da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, mas que tem origem no direito brasileiro no art. 1º da Resolução Conama 10/87.

Assim sendo, o primeiro Decreto do Município de Porto Alegre que dispõe sobre a quantidade e a forma a ser compensada foi o de nº 8.186, de 7 de março de 1983. Posteriormente, vigorou o Decreto nº 10.380, de 3 de setembro de 1992. Em 1996, foi editado o Decreto nº 11.476, de 11 de abril de 1996, sendo revogado pelo Decreto nº 14.353, de 19 de novembro de 2003.

O Decreto nº 14.353, de 2003, introduziu um padrão técnico às compensações, estabelecendo exigências para mudas em condições de plantio, bem como os valores para compensação em razão do tipo e tamanho dos vegetais.

Já, em 2006, houve o advento do Decreto nº 15.418, de 20 de dezembro de 2006, repisando regras do Estado e aumentando quantidades de vegetais a serem compensados por árvore suprimida. Contudo, paradoxalmente, mesmo aumentando a quantidade, a compensação é menos exigente, porque não compensa plantas exóticas, somente nativas, e, ainda, especifica altura mínima do vegetal suprimido, para que este seja passível de compensação. Assim, tanto na composição (não compensa vegetais exóticos), quanto na estrutura (tamanho, critério mínimo de altura) e na função (mudas em condições de plantio), o Decreto nº 15.418, de 2006, representa menor rigor técnico, sendo, portanto, inadequado à finalidade pretendida, qual seja, o plantio e a manutenção das árvores no Município.

O Decreto nº 17.232, de 26 de agosto de 2011, retomou critérios do Decreto nº 15.418, de 2006, que tecnicamente estavam adequados ao Plano de Arborização Urbana de Porto Alegre, datado de 2005, e que consolidou um padrão técnico para a compensação vegetal.

No ano de 2003, com a entrada em vigor do Decreto nº 14.353, as intervenções em vegetais, neste Município, contavam com regras semelhantes às dispostas pelo atual Decreto, nº 17.232, de 2011. A quantidade de vegetais para compensação em caso de supressão, bem como a forma de conversão, em caso de impossibilidade de compensação, foram tratadas utilizando-se, basicamente, os mesmos critérios, sendo que a última regra trouxe elevação no que se refere aos padrões compensatórios.

A título exemplificativo, note-se que para vegetais frutíferos exóticos acima de 10m (dez metros), a regra de 2003 exigia o plantio de 2 (dois) vegetais, sendo que a regra de 2011 exigiu 5 (cinco) vegetais. Observa-se, portanto que, mesmo baseando-se em critérios semelhantes, a nova regra aumentou padrões compensatórios.

Todavia, comparando as regras de 2003 e 2011 com a regra do Decreto nº 15.418, de 2006, nota-se que esta última atestou número bastante elevado em relação às compensações vegetais. Veja-se que, para o exemplo citado acima, ou seja, vegetais frutíferos exóticos acima de 10 (dez) metros, o Decreto nº 15.418, de 2006 determinou o plantio de 12 (doze) vegetais, ou seja, 10 (dez) vegetais a mais do que a regra de 2003 e mais do que o dobro do que dispõe a regra atual. Tudo isto para uma mesma espécie e tamanho de vegetal.

Importante comentar que a compensação vegetal deve guardar relação direta com a intervenção no meio ambiente, mediante avaliações técnicas fundamentadas, não devendo, sob qualquer aspecto, ser alcançada por razões de maior arrecadação de valores; mesmo porque, não se pode desvirtuar o instituto compensatório, seja exigindo-se menos do que recomendado tecnicamente ou mais. Neste sentido é que foi desenvolvida análise técnica da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), para elaboração do Projeto de Lei Complementar.

Importante que seja elucidada a questão que se refere a comparação entre a regra Municipal e a regra Estadual. Ora, a regra Estadual – Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992 e Instrução nº 01/06 do DEFAP – não trata de compensação para vegetais exóticos, o que, por si só, já demonstra maior proteção municipal para estes casos. Ainda, mesmo que a regra do Estado faça referência a 15 (quinze) vegetais a serem plantados por cada corte de vegetal nativo, o vegetal atingido para ser compensado deve contar com 15cm (quinze centímetros) ou mais de Diâmetro à Altura do Peito (DAP). Este padrão alcança, via de regra, somente vegetais de grande porte que ultrapassam 2m (dois metros) de altura. Destarte, considerando que a regra do Município protege vegetais a partir de 2m (dois metros), a conclusão lógica é de que grande parte dos vegetais para os quais a Smam exige compensação sequer atinge o porte mínimo exigido para que seja compensado pela previsão Estadual.

Para vegetais com DAP inferior a 15 cm (quinze centímetros), a regra Estadual atestou compensação de 10 (dez) mudas por estéreo de lenha (1 metro cúbico de lenha) a ser gerado. Tal padrão, demonstra que, para que se atinja 1m³ (um metro cúbico) de lenha, necessário se faz a remoção de, pelo menos, mais de 1 (um) vegetal. Por outro lado, a regra do Município atesta a compensação por indivíduo, vinculando a quantidade a compensar, considerando a altura do espécime. Este critério Municipal certamente protegeu melhor o ambiente, pois, individu-

almente, o vegetal com DAP inferior a 15cm (quinze centímetros) não requer compensação pelos parâmetros Estaduais.

Outra questão que merece destaque é a de que a muda para plantio neste Município deve atender à Resolução nº 05/06 do COMAM, tendo de, dentre outras exigências, ter o porte mínimo de 1,8m (um vírgula oito metros) de altura, garantindo-se a qualidade vegetal adequada à sobrevivência das espécies no meio urbano. Tal padrão é repetido pelo Anexo II do Decreto nº 17.232, de 2011.

Observa-se que as possibilidades de conversão de plantios compensatórios foram tratadas pelas regras de 2003, 2006 e 2011, sendo que esta última inovou quanto à possibilidade de destinação de áreas para conservação da biodiversidade. Importante ressaltarmos que a avaliação da Smam busca manter a densidade arbórea da Capital, reconhecida por ser um Município que se destaca por suas árvores. Assim, a avaliação técnica, quando aponta para a conversão de plantio, fundamenta sua conclusão de forma a demonstrar os critérios que garantem a proteção ambiental almejada pelas regras vigentes.

Frisa-se que a compensação vegetal, objeto deste Projeto de Lei Complementar, não se confunde com a compensação ambiental.

A Compensação Vegetal origina-se das legislações dos anos 80, as quais visavam compensar o corte de árvores com o aumento da quantidade destas no meio urbano. Para tanto, os Municípios passaram a exigir laudos de cobertura vegetal, identificação das árvores imunes ao corte, desenvolvimento de estratégias e regras para plantar espécies nativas e coibir o plantio de exóticas que, por um bom tempo, foi realizado indiscriminadamente, sem considerar o ecossistema. Esta atuação se deu no âmbito da aprovação dos projetos urbanísticos de parcelamento do solo e de edificações, matéria de competência municipal expressa, mesmo antes dos municípios serem licenciadores ambientais. Para aprovar tais projetos, a área precisava estar juridicamente apta à urbanização, não podendo ser qualificada como área protegida. Na maioria dos casos, para urbanizar e construir, faz-se necessário a supressão de vegetação. Todavia, a supressão ou a poda permitida de vegetação deve ser compensada. A compensação vegetal origina-se nos princípios do direito ambiental contemporâneo (poluidor pagador, responsabilidade compartilhada, função socioambiental da propriedade) e vem sendo aplicado nas construções e empreendimentos do Município.

Por sua vez, a compensação ambiental tem natureza distinta. Esta teve origem na Resolução Conama 10/87, art. 1º, o qual estabelecia que, para contrabalançar, recompensar, equilibrar ou reparar as perdas ambientais com a destruição de florestas ou outros ecossistemas, nos casos de licenciamento de atividades e obras de grande porte, deveria o empreendedor implantar uma estação ecológica, preferencialmente junto à área de impacto. Posteriormente, com o advento da Lei Federal nº

9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), tal instituto foi previsto em seu art. 36. Veja-se que a compensação ambiental é adotada no âmbito do licenciamento ambiental. Já, a vegetal, é para todas as hipóteses de supressão ou poda de vegetação, estando o empreendimento sujeito ou não ao licenciamento ambiental (p. construção unifamiliar ou multifamiliar em terreno sem incidência de bens ambientais). Importante destacar que a compensação vegetal era adotada pelo Município muito antes da Smam licenciar ambientalmente projetos, atividades e empreendimentos, o que ocorreu somente a partir de 1998, após o advento da Resolução Conama 237/97. Em muitos empreendimentos incide as duas espécies de compensações, haja vista a natureza jurídica diferenciada entre elas.

O direito ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado é um princípio fundamental do direito brasileiro, assim descrito no art. 225 da Constituição Federal Brasileira. Quando um direito é fundamental ele limita as aspirações da maioria, pois seus interesses individuais não podem ultrapassar o direito fundamental ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, que é um direito difuso.

Para Édis Milaré, Direito do Ambiente é “o complexo de princípios e normas coercitivas reguladoras das atividades humanas que, direta ou indiretamente, possam afetar a sanidade do ambiente em sua dimensão global, visando à sua sustentabilidade para as presentes e futuras gerações”. Diversos princípios gerais do direito ambiental se aplicam ao caso concreto normatizado por este projeto de lei, podendo-se citar o princípio da prevenção, o princípio da precaução, o princípio da função ambiental da propriedade, o princípio poluidor pagador, o princípio da solidariedade intergeracional, entre outros.

As limitações impostas ao proprietário de uma área onde existe vegetação relevante estão relacionadas ao princípio da função ambiental da propriedade, que determina que a propriedade é um direito que pode sofrer mitigações e limitações, em razão do ambiente, com a finalidade de compatibilizar-se com a utilização correta dos bens ambientais contidos, que pertencem a todos.

O princípio do poluidor pagador é aplicado quando, sendo o dano ambiental inevitável, o proponente pode ser autorizado a fazê-lo, desde que fique obrigado a reparar o dano, de forma direta ou indireta, pagando, portanto, pela poluição causada.

A ECO/92 trouxe o seguinte Princípio:

“As autoridades nacionais devem procurar garantir a internalização dos custos ambientais e o uso de instrumentos econômicos, considerando o critério de que, em princípio, quem contamina deve arcar com os custos da descontaminação com a observância dos interesses públicos, sem perturbar o comércio e os investimentos internacionais.”
Princípio 16 da Declaração do Rio de Janeiro de 1992.

Desde há muito tempo, existem, em Porto Alegre, normas que determinam a compensação vegetal por corte de vegetais e regramentos para podas, como anteriormente exposto, porém sempre existiram dificuldades em valorar as perdas ambientais e, por consequência, de determinar as compensações ambientais. Por este motivo, as disparidades nas cobranças de compensação existentes entre o Decreto nº 15.418, de 20 de dezembro de 2006 e o Decreto nº 17.232, de 26 de agosto de 2011, por exemplo.

Durante a elaboração deste Projeto de Lei Complementar, a Smam reuniu seus técnicos para estudar profundamente a questão, procurando a forma mais coerente e cientificamente segura para avaliar a compensação de corte vegetal.

Como resultado destes estudos e debates foi criada uma nova tabela de compensação vegetal (anexo 1 deste Projeto de Lei Complementar), baseada em novas categorias de vegetação. A determinação do número de mudas a serem plantadas para compensação foi calculada a partir de um método cientificamente embasado e de acordo com as normas nacionais e internacionais vigentes sobre compensação ambiental. É uma nova forma de pensar, mudando-se o critério de troca de árvore por árvores, pelo critério de troca de impacto por preservação, que propiciou a produção de critérios de valoração objetivos, procurando valorizar e proteger os biomas que o Município possui, tais como Bioma Mata Atlântica e Bioma Pampa.

As categorias de vegetação em mancha foram separadas pelo grau de maturidade e complexidade dos ecossistemas, utilizando-se, para tanto, categorias ecológicas baseadas em processos sucessionais da vegetação. As categorias de indivíduos arbóreos foram determinadas de acordo com o tipo de vegetação mais importantes.

As categorias sucessionais são baseadas na Teoria da Sucessão Ecológica. Segundo Richards¹, esse processo é representado pela progressiva mudança na composição florística da floresta, desde as espécies pioneiras até as espécies primárias ou climáticas. Tracey² define sucessão como o processo que envolve várias combinações de estágios florísticos pioneiros, secundários iniciais e secundários tardios, até que um estágio maduro da floresta seja restituído.

O estudo da ecologia reconhece a existência de um aumento da complexidade com o amadurecimento de um ecossistema (Odum³, Margaleff⁴; Ricklefs⁵), o que se reflete na diversidade de espécies e

¹ RICHARDS, P. W. **The tropical rain forest**. 2nd Edition. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1996.

² TRACEY, J. G. A note on rain forest regeneration. In: SHEPI-ERD, Richter. **Managing the tropical forest**. s. l., Australian National University, 1985.

³ ODUM, E. P. **Ecologia**. São Paulo: Guanabara, 1983.

⁴ RICKLEFS, R.E. **A economia da natureza**. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.

no acréscimo de massa contida nos ciclos ecológicos. Isso significa dizer que quanto mais evoluído é um ecossistema, mais espécies existirão nele, mais carbono estará agregado, mais serviços ambientais serão prestados e, por consequência, maior será a perda, no caso de dano ambiental.

Pesquisadores renomados na área da ecologia vegetal, como Daubenmire⁶ e Budowski⁷ estudaram os processos sucessionais florestais e classificaram-no em categorias, que são aquelas utilizadas para o presente Projeto de Lei Complementar: pioneiras, secundárias e climáticas. As florestas ou matas nativas em seus diferentes estágios de regeneração – inicial, médio e avançado – apresentam características semelhantes, respectivamente, às categorias sucessionais supracitadas.

A floresta pioneira é aquela que suplantou uma vegetação não florestal ou está recuperando um ambiente degradado. Ela é formada por grande quantidade de árvores e arvoretas de espécies pioneiras, que se caracterizam por ser tolerantes à luz, de pequeno porte, ampla distribuição, crescimento rápido, produção de muitas sementes pequenas, que podem ficar dormentes no solo durante muito tempo e germinam quando expostas à luz. Poucas espécies estão presentes e as epífitas são raras neste tipo de floresta. A fauna que utiliza este tipo de mata como abrigo ou corredor ecológico é mais rica do que no ambiente urbano. A “mata nativa em estágio inicial de regeneração”, categoria utilizada neste Projeto de Lei tem as mesmas características e também é formada principalmente por espécies pioneiras.

As florestas secundárias, da mesma forma que as “matas nativas em estágio médio de regeneração” ocorrem depois da preexistência da floresta pioneira. Elas são formadas pelas árvores de espécies pioneiras remanescentes e espécies secundárias, as quais se caracterizam por necessitar de sombreamento na fase inicial de crescimento, alcançar alturas maiores, produzir pequenos frutos carnosos. Neste tipo de floresta, as epífitas estão presentes com poucas espécies. A mata é composta por mais de um estrato, ou seja, há um conjunto de árvores que formam o dossel, outras que formam um sub-bosque. Este tipo de mata dá suporte para a fauna, sendo habitat para muitas de nossas espécies e são importantes como corredores ecológicos.

As florestas climáticas sucedem as secundárias, e são semelhantes às matas nativas em estágio avançado de regeneração. Elas são compostas de muitas espécies vegetais que formam diferentes estra-

⁵ MARGALEF, R. 1977. Ecologia. Barcelona, Omega

⁶ Daubenmire, R. Plant Communities. New York: Harper & Row, 1968.

⁷ BUDOWSKI, G. N. Distribution of tropical American rain forest species in the light of succession processes. *Turrialba*, 15 (1) 40-2, 1965.

tos, com grande variedade de epífitas e um solo orgânico bem formado. Muitas espécies têm ocorrência restrita e podem ser raras ou até endêmicas. Há produção de frutos que alimentam grande diversidade faunística. As sementes possuem baixa taxa de germinação, mas pode se formar um banco de plântulas à sombra. As espécies arbóreas características desta formação vegetal são as climáticas e têm ocorrência restrita, crescimento lento, não suportam insolação e são de difícil produção em viveiros. Este tipo de floresta dá suporte para uma diversidade grande de espécies especialistas, que co-evoluíram e são interdependentes. Os serviços ambientais são da mais alta complexidade.

As matas nativas, em qualquer estágio de sucessão, podem conter espécies exóticas, ou seja, que não têm origem evolutiva na região, desde que elas não sejam a maioria das árvores. No caso de a maioria das árvores serem de espécies exóticas a mata fica descaracterizada e, por este motivo, foi introduzida uma categoria específica para este tipo de formação vegetal no Projeto de Lei. Estas florestas apresentam-se de forma muito variada, mas geralmente são formadas por um conjunto de árvores antigas de espécies europeias cobertas por epífitas e com um sub-bosque de espécies nativas. São muito importantes para a fauna e formando corredores ecológicos, mas por sua variedade de espécies precisa de uma análise mais detalhada do técnico para avaliá-la.

O cientista botânico Cidinei Cordini⁸ estudou as florestas típicas da região sul do Brasil, em Santa Catarina, e listou as espécies características de cada etapa sucessional. Este trabalho e outros semelhantes servirão como base para a Smam na elaboração de uma lista própria que servirá de base para a aplicação desta lei e deverá ser divulgada para orientar os estudos de impacto de empreendimentos no Município.

Mesmo conhecendo a vegetação é um desafio avaliar a compensação do dano ambiental inevitável, no nosso caso, a supressão de vegetação. A Smam foi buscar nas Normas Brasileiras um método que pudesse oferecer suporte técnico-científico para calcular a compensação de forma justa e viável.

A Norma NBR 14653-6 (ABNT 14653-6 VERSÃO 13.03.2009) baseia-se na multiplicidade de fatores existentes nos ecossistemas, que contém em si diferentes valores, chamando o somatório total de “Valor econômico do recurso ambiental” (VERA). Os quatro valores que o compõe são:

Valor de uso direto: valor atribuído a um recurso ambiental em função do bem-estar que ele proporciona através do seu uso di-

⁸ CORDINI, C. Grupos ecológicos de espécies florestais nativas de Santa Catarina. Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 40-43, 1994.

reto na atividade de produção ou no consumo, como, por exemplo, no caso da extração ou da visitação;

Valor de uso indireto: valor atribuído a um recurso ambiental pelo bem estar que ele proporciona através de suas funções ecossistêmicas, como, por exemplo, a proteção do solo e o estoque de carbono retido nas florestas e outros serviços ambientais. Os valores correspondentes a essas funções são capturados indiretamente.

Valor de opção: valor atribuído a um recurso ambiental hoje desconhecido e realizável no futuro, associado a uma disposição de conservá-lo para uso direto ou indireto, como, por exemplo, o benefício decorrente de fármacos ainda não descobertos, desenvolvidos a partir da flora nativa de uma região.

Valor de existência: é o valor de “não-uso”, que deriva de uma posição moral, cultural, ética ou altruística em relação aos direitos de existência de espécies não-humanas ou de preservação de outras riquezas naturais, mesmo que não apresentem uso atual ou possibilidade de uso futuro, como, por exemplo, a preservação de espécies que dão alimento à fauna silvestre.

$$\mathbf{VERA = VUD + VUI + VO + VE, \text{ onde:}}$$

VERA = valor econômico do recurso ambiental

VUD = valor de uso direto

VUI = valor de uso indireto

VO = valor de opção

VE = valor de existência (não-uso)

Os fatores considerados neste Projeto de Lei para avaliar o dano ambiental causado pela supressão vegetal foram categorizados da seguinte forma:

ITEM	SIGNIFICADO	VALOR (NBR)
número de árvores	Número aproximado de árvores que serão suprimidas a cada 10m ²	Valor de uso direto
crescimento	Velocidade em que as espécies típicas do tipo de vegetação re-	Valor de uso direto – Custo de reposição

	lacionado se desenvolvem	
fauna	Capacidade de suporte de diversidade de fauna pela vegetação em questão	Valor de existência
epífitas	Capacidade de suporte de epífitas da espécie ou mata em questão	Valor de existência
origem	Origem da espécie e sua capacidade de invasão de ambientes naturais	Valor de existência e de uso
diversidade	Quantidade de diferentes espécies contida em uma formação vegetal	Valor de opção
serviços ambientais	Funções ecológicas e processos que asseguram o equilíbrio dos ecossistemas e possibilitam a sobrevivência das espécies. São serviços ambientais a regulação dos processos naturais e que possibilitam a produção de alimento, a manutenção da qualidade do ar, das águas e do solo.	Valor de uso indireto
– Área de Interesse Ambiental (AIA) – Área Rarefeita (AR) – Área Intensiva (AI)	Diferenças nos Valores por região de planejamento (PDDUA), decorrentes de questões de fragmentação (valor de existência) e serviços ambientais (valor de uso indireto) diferenciados.	Valor de opção e Valor de existência

(ver tabela no final desta justificativa)

Foram mantidas as duas formas de levantamento da vegetação: por mancha ou por vegetal isolado, porém as manchas vegetais não são apenas a vegetação impenetrável, como normas anteriores, mas sim aquela mata que pode ser caracterizada como um conjunto, mais complexo, que contém muitas outras espécies além das arbóreas e que serve de abrigo e corredor ecológico para a fauna. Por este motivo a compensação por supressão desta vegetação precisa ser mais alta do que a compensação por vegetais isolados, principalmente na área rarefeita e de interesse ambiental do Município.

Por outro lado, árvores, mesmo que isoladas, quando presentes na cidade consolidada são verdadeiros refúgios para a fauna,

enquanto as manchas nesta região são geralmente decorrentes de recentes abandonos de terrenos e não formam corredores ecológicos na paisagem. Por estes motivos as compensações foram divididas e diferenciadas em duas categorias: uma para a Área Intensiva e outra para as Áreas Rarfeita e de Interesse Ambiental, conforme estratégias de produção do Município, ilustrada na figura 8 da Lei complementar 434, de 1º de dezembro de 1999 – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. A compensação vegetal terá um custo financeiro que depende do número de mudas a compensar por árvore suprimida, de acordo com sua importância ecológica, abrangendo valores entre R\$ 58,63 (cinquenta e oito reais e sessenta e três centavos), mínimo da tabela, a R\$ 879,42 (oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), máximo da tabela, referentes a 20 (vinte) e 300 (trezentas) UFM's, respectivamente, no ano de 2013.

A título de comparação, o Custo Unitário de Produção por metro quadrado (CUB/M² RS R-8) referente a uma Residência Multifamiliar com Padrão de Acabamento Normal, é de 366,76 (trezentos e sessenta e seis reais e setenta e seis) UFM's, no mês de julho de 2013, sendo que o valor médio de mercado, por metro quadrado, de um apartamento em Porto Alegre atinge 1.659,62 (um mil seiscentos e cinquenta e nove vírgula sessenta e duas) UFM's.

A título exemplificativo, em um terreno com 10 (dez) árvores a serem suprimidas, em que seja aplicado o valor máximo de compensação da tabela (300 UFM's por árvore) a compensação vegetal seria de 3.000 (três mil) UFM's, ou seja, menos de 8,2 (oito vírgula dois) CUB's. O custo de construção de uma obra com 500m² (quinhentos metros quadrados) seria de 500 (quinhentos) CUB's (a compensação corresponderia a apenas 1,64% do custo da obra). Quanto maior a área construída, menor o peso da compensação vegetal.

Se a comparação for feita pelo preço de venda final de um apartamento de 500 m² (quinhentos metros quadrados), utilizando-se a mesma referência acima, o preço final de venda é de 2.262 (dois mil duzentos e sessenta e dois) CUB's (a compensação corresponderia a apenas 0,36% do preço final de venda). Para comparação, o custo de corretagem corresponde entre 6% (seis por cento) a 8% (oito por cento) do valor final de venda.

A mesma comparação, feita para a remoção de manchas de vegetação e não árvores isoladas, mostra valores irrisórios de compensação vegetal, frente ao custo de produção e venda de imóveis, bem como aos lucros e corretagens correspondentes.

Concluindo, Senhor Presidente, são estas as considerações que faço ao mesmo tempo em que submeto o presente Projeto de Lei Complementar à apreciação de Vossa Excelência e seus dignos pares, renovando-lhe meus votos de elevado apreço e consideração.

Atenciosas saudações,

José Fortunati,
Prefeito.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA GERAÇÃO DO ANEXO I
(TABELA DE COMPENSAÇÃO VEGETAL) DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

ESPÉCIES REMOVIDAS (VEGETAIS ISOLADOS)	Altera do vegetal	número de árvores	serviços ambientais	capacidade de suporte de fauna	epífitas	crescimento	origem	diversidade	Área de Interesse Ambiental I + Área Rarefeita	Área de Interesse Ambiental - AIA e Área Rarefeita - AR	Área Intensiva - AI
		1 árvore= 1	poucos= 1; médios= 2; muitos= 3	baixa ou variável= 1 média= 2, alta= 3, abundante= 4	ausente= 0, pouco=1, média=2, alta=3, abundante=4	invasora = 0, variável=1, rápido=1, médio=2, lento=3	exótica invasora=-2, exótica não invasora=-1, nativas do RS=0	Não se aplica	Variação de 25%	Número de mudas a compensar	Número de mudas a compensar
1. Espécies exóticas no RS referidas no artigo 24 desta Lei	> 2 m	1	1	1	0	0	-2	-	0	1	1
2. Demais espécies exóticas no RS, exceto as situações referidas nos artigos 25, 26 e 27 desta Lei	> 2 m e ≤ 5 m	1	1	1	0	1	-1	-	-25%	2	3
	> 5 m e ≤ 10 m	1	2	1	0	1	-1	-	-25%	3	4
	> 10 m	1	3	1	1	1	-1	-	-25%	5	6
3. Espécies pioneiras nativas do RS	> 2 m e ≤ 5 m	1	1	1	0	1	0	-	+ 25 %	5	4
	> 5 m e ≤ 10 m	1	2	2	1	1	0	-	+ 25 %	9	7
	> 10 m	1	3	3	1	1	0	-	+ 25 %	11	9
4. Espécies secundárias nativas do RS	> 2 m e ≤ 5 m	1	1	2	0	2	0	-	0	6	6
	> 5 m e ≤ 10 m	1	2	3	1	2	0	-	0	9	9
	> 10 m e ≤ 15 m	1	3	3	2	2	0	-	0	11	11
	> 15 m	1	3	4	4	2	0	-	0	14	14
5. Espécies climáticas nativas do RS	> 2 m e ≤ 5 m	1	1	2	1	3	0	-	0	8	8
	> 5 m e ≤ 10 m	1	2	3	2	3	0	-	0	11	11
	> 10 m e ≤ 15 m	1	3	3	3	3	0	-	0	13	13
	> 15 m	1	3	4	4	3	0	-	0	15	15

ESPÉCIES REMOVIDAS (VEGETAIS EM MANCHA)	Altura da vegetação não se aplica	número de árv./10m²	serviços ambientais	capacidade de suporte de fauna	epífitas	crescimento	origem	diversidade	Área Intensiva	Área de Interesse Ambiental - AIA e Área Rarefeita - AR	Área Intensiva - AI
		1 árvore= 1	poucos= 1; médio= 2; muitos= 3	baixa ou variável= 1 média= 2, alta= 3, abundante= 4	ausente= 0, pouca= 1, média= 2, alta= 3, abundante= 4	Não se aplica	exótica invasora=-2, exótica não invasora=-1, nativas do RS=0	baixa= 0, média= 1, alta= 2, muito alta= 3	Variação de 50%	Núm de mudas a compensar por 10m²	Núm de mudas a compensar por 10m²
1. Mata Nativa em estágio inicial de regeneração		5	1	1	1	-	0	1	- 50%	9	5
2. Mata Nativa em estágio médio de regeneração		4	2	2	2	-	0	2	- 50%	12	6
3. Mata Nativa em estágio avançado de regeneração		3	3	4	4	-	0	3	- 50%	17	9
5. Maricazal		3	2	2	0	-	0	1	- 50%	8	4
6. Manchas mistas (predominância de indivíduos exóticos com sub-bosque de nativas)		2	2	2	2	-	-1	2	- 50%	9	5

Fórmula: partindo da menor compensação possível (1 para 1) soma-se os seguintes valores: Valor de uso direto + Valor de uso indireto + Valor de opção + Valor de existência , segundo a norma da ABNT										
Considerou-se como Valor de uso direto a própria árvore, sendo traduzido pelo item "número de árvores" e os custos associados à sua reposição, como disponibilidade de mudas no mercado e a veloc. de crescimento da espécie.										
Considerou-se como Valor de uso indireto os serviços ambientais prestados pelo(s) vegetal(is).										
Considerou-se como Valor de opção a existência de biodiversidade desconhecida nas manchas vegetais, traduzindo-se em "biodiversidade".										
Considerou-se como Valor de existência a capacidade de dar suporte à fauna e às epífitas em diferentes níveis de diversidade e, a origem da espécie.										
ITEM	VALOR									
número de árvores	Valor de uso direto									
disponibilidade de mudas	Valor de uso direto - Custo de reposição									
crescimento	Valor de uso direto - Custo de reposição									
fauna	Valor de existência									
epífitas	Valor de existência									
origem	Valor de existência e uso									
diversidade	Valor de opção - para manchas									
serviços ambientais	Valor de uso indireto									
Área de Interesse Ambiental + Área Plarefeita	Diferenças nos Valores por região de planejamento (PDDUA), decorrentes de questões de fragmentação (valor de existência) e serviços ambientais (valor de uso indireto) diferenciados									

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 013/13.

Dispõe sobre os procedimentos para supressão, transplante ou poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre, e revoga os Decretos n. 10.237, de 11 de março de 1992; 10.258, de 3 de abril de 1992; 15.418 de 20 de dezembro de 2006; 17. 232 de 26 de agosto de 2011; 18.083 de 21 de novembro de 2012; e 18.305, de 28 de maio de 2013.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Cabe à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) decidir sobre as solicitações de supressão, transplante ou poda de vegetais no Município de Porto Alegre.

Art. 2º A supressão, o transplante ou a poda de vegetais, deverá ser precedido de autorização emitida pela Smam, observadas as exceções previstas nesta Lei Complementar, devendo ser considerada a nidificação habitada.

§ 1º Constatada a presença de nidificação habitada nos vegetais a serem removidos, transplantados ou podados, o procedimento deverá ser adiado até o momento da desocupação dos ninhos, sob pena de nulidade da respectiva autorização, salvo em casos de urgência, pela manifesta ruína de espécies vegetais arbóreas, em decorrência de caso fortuito ou força maior, ou, ainda, pela conclusão de parecer técnico de servidor da Smam , sem prejuízo do adequado manejo.

§ 2º O serviço de poda, remoção ou transplante, quando o terreno pertencer à pessoa jurídica, somente poderá ser contratado por seu representante legal, em especial, em caso de condomínios, pelo síndico legalmente eleito;

Art. 3º A supressão de vegetais, declarados imunes ao corte por legislação Estadual ou Federal, dependerá de análise do respectivo órgão responsável.

CAPÍTULO II

DAS COMPENSAÇÕES

Art. 4º A supressão de vegetal deverá ser ambientalmente compensada.

§ 1º Fica o transplante mal sucedido de espécimes vegetais também considerado supressão.

§ 2º A compensação dar-se-á através de plantio de espécies vegetais nativas no imóvel em que se deu a supressão ou o transplante, conforme quantidades previstas no Anexo I e especificações constantes no Anexo II desta Lei Complementar;

§ 3º Para a compensação prevista no § 2º deste artigo, será firmado Termo de Compensação Vegetal (TCV), na forma do art. 9º desta Lei Complementar;

§ 4º Quando não for possível a compensação total, na forma prevista no § 2º deste artigo, deverá haver a compensação do total, ou da fração faltante, mediante a obtenção de Certificado de Compensação Vegetal (CCV) com o valor equivalente às mudas que deveriam ser plantadas, conforme tabela de compensação constante do Anexo I desta Lei Complementar;

§ 5º Aplicam-se os parágrafos anteriores para a compensação vegetal feita em razão de supressão de vegetal para a realização de obra pública, seja ela realizada pela Administração direta ou indireta, ou por empresas privadas em razão de licitação pública;

§ 6º Para a emissão de Licença de Instalação, para empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, sobre terrenos onde não exista indivíduo arbóreo a ser compensado, haverá a compensação ambiental por degradação do bioma, com a obtenção de CCV, na proporção de 6 (seis) UFMs por cada 1m² (um metro quadrado) de área a ser impactada no terreno; no caso deste terreno estar situado na Área Rarefeita ou na Área de Interesse Ambiental e 3 (três) UFMs por cada 1m² (um metro quadrado) de área a ser impactada no terreno, no caso deste terreno estar situado na Área Intensiva;

§ 7º Previamente à emissão da Licença de Instalação para empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, será calculada a compensação ambiental prevista no § 6º deste artigo, para áreas nas quais haverá compensação vegetal, sendo devido o valor maior apurado, mediante a obtenção de CCV, antes da emissão da Licença;

§ 8º Não se aplica o previsto no § 6º deste artigo:

I – às obras públicas de construção e ampliação de vias públicas e obras de saneamento;

II – aos loteamentos, condomínios e parcelamentos de solo de interesse social, cuja renda familiar totalize, no máximo, 3 salários mínimos.

§ 9º Anualmente, a Smam enviará ao Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM) relatório detalhado dos CCVs emitidos;

§ 10º O vegetal tombado por legislação municipal, que esteja colocando em risco a população, fato devidamente atestado por laudo técnico da Smam, poderá ser suprimido, após decisão do Secretário Municipal do Meio Ambiente

§ 11. No caso do § 10 deste artigo, deverá ser solicitado pela Smam o seu destombamento, após sua supressão;

§ 12. O Município de Porto Alegre priorizará, no planejamento anual da arborização urbana, as regiões que receberem obras com significativa remoção vegetal.

Art. 5º O empreendedor deverá apresentar e, após aprovação pela Smam, executar o projeto de arborização para as obras de construção ou ampliação de vias públicas, independentemente da obtenção de CCV, devendo ser observadas as normas de plantio estabelecidas pelo Plano Diretor de Arborização Urbana, através da Resolução 05/2006 do COMAM, ou qualquer outro ato normativo que vier a substituí-la.

Art. 6º Em obras ou atividades privadas, sujeitas ao procedimento de licenciamento ambiental municipal, a compensação vegetal poderá ser definida em critérios próprios na competente licença, desde que devidamente fundamentado por parecer técnico, utilizando-se como parâmetros mínimos as quantidades previstas no Anexo I desta Lei Complementar, sem prejuízo do disposto no seu art. 4º.

CAPITULO III

DO CERTIFICADO DE COMPENSAÇÃO VEGETAL

Art. 7º O CCV é o documento emitido pela Smam, com a finalidade de ressarcimento ao Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, dos bens e serviços efetivamente adquiridos para a manutenção e conservação da

biodiversidade no Município de Porto Alegre e definidos no art. 8º desta Lei Complementar;

§ 1º O CCV serve para demonstrar a compensação efetuada na forma desta Lei, sendo intransferível, não possuindo valor comercial, econômico nem financeiro para seu adquirente;

§ 2º A desistência do empreendedor na execução do licenciamento ou autorização dada não acarretará na devolução do valor do CCV já quitado, nem sua utilização para licenciamento futuro sobre o mesmo ou outro terreno;

§ 3º O CCV deverá ser emitido com numeração continuada e nele constando, entre outros:

I – o número do processo administrativo que gerou a compensação;

II – o valor correspondente em Unidades Financeiras Municipais (UFMs);

III – identificação dos bens ou serviços objeto do ressarcimento, bem como o número do processo administrativo que gerou o crédito; e

IV – identificação da pessoa física ou jurídica adquirente do Certificado.

§ 4º O Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre deverá possuir, permanentemente, no mínimo, 2 (dois) milhões de UFMs em CCVs à disposição para compensação;

§ 5º Somente será emitida a Licença de Instalação ou Autorização para Remoção de Vegetal para empreendimentos e atividades que comprovem a compensação através da efetiva obtenção de CCV, no respectivo valor exigido no procedimento de licenciamento ambiental ou através do plantio compensatório na própria área do empreendimento, neste caso através da assinatura de TCV.

Art. 8º Serão compensados pela emissão de CCV, os seguintes bens e serviços adquiridos, contratados ou executados pelo Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:

I – aquisição, regularização fundiária e demarcação de terras de Unidades de Conservação Municipal existentes ou a serem criadas, implantadas e mantidas pelo Poder Público;

II – aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção de Unidades de Conservação Municipal ou áreas verdes urbanas, suas áreas de amortecimento e seus corredores ecológicos;

III – aquisição de áreas e implantação de área verde urbana, definida no art. 3º, inc. XX, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), ou o que vier a substituí-lo;

IV – elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo de Unidades de Conservação Municipal.

§ 1º Os CCVs somente poderão ser emitidos após a efetiva aquisição dos bens ou a execução dos serviços por parte da Smam, previstos no “caput” deste artigo, estabelecidos em Unidade Fiscal do Município (UFM);

§ 2º Na hipótese da aquisição de área ocorrer por meio de desapropriação judicial, os CCV serão constituídos após o depósito, em conta judicial vinculada à ação de desapropriação, da quantia ofertada pelo Município como indenização pela desapropriação.

§ 3º O custo de 1 (uma) muda de árvore, para efeito de conversão, fica fixado em 20 (vinte) UFMs.

CAPITULO IV

DO TERMO DE COMPENSAÇÃO VEGETAL

Art. 9º A compensação vegetal, de que trata o art. 4º, § 2º desta Lei Complementar, será firmada através de TCV.

§ 1. Somente poderá haver intervenção no vegetal após ter sido firmado o TCV.

§ 2º O TCV será emitido através de numeração sequencial, anual, pela Smam , e conterà, no mínimo:

I – nome do requerente ou compromitente;

II – o número do processo administrativo;

III – a compensação determinada, expressa de forma detalhada;

IV – número da Autorização Especial que gerou a compensação, quando for o caso;

V – no caso de plantio, a obrigação de ser o mesmo mantido pelo período mínimo de 1 (um) ano; e

VI – pena administrativa de multa simples individualizada para cada obrigação constante do TCV, no valor igual ao da conversão pecuniária da compensação.

§ 3º Mediante decisão fundamentada, a Smam , poderá prorrogar o prazo para execução das obrigações constantes no TCV.

CAPÍTULO V

DA SUPRESSÃO

Art. 10º A supressão de vegetal, nativo ou exótico, dependerá da autorização da Smam , através da expedição de documento denominado Autorização Especial de Remoção Vegetal (AERV), sendo obrigatória a realização de compensação vegetal, através do CCV ou pela assinatura de TCV, conforme o caso e de acordo com as quantidades previstas no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 1º Somente será expedida a AERV, após a comprovação do pagamento do CCV ou assinatura do TCV, bem como mediante apresentação de laudo técnico de supressão vegetal e manifestação técnica fundamentada.

§ 2º Para a supressão, cuja justificativa não decorra de construção civil, não é necessário laudo técnico ou ART, salvo quando em quantidade superior a 8 (oito) espécimes.

§ 3º Nos terrenos privados, quando constatada a existência de vegetal em situação de risco de queda ou quando seu estado fitossanitário justificar, o proprietário deverá ser notificado para suprimi-lo.

§ 4º O não cumprimento da notificação, referida no parágrafo anterior, acarretará na aplicação de multa, no valor de 237,562 UFM's, por vegetal.

§ 5º Excepcionalmente, a supressão de que trata o § 3º deste artigo poderá ser executada pela Smam , em situações devidamente justificadas.

§ 6º Em situações de risco à população, em áreas aonde os equipamentos da Smam não podem ter acesso ou naquelas em que a operação de supressão coloque em risco a vida humana ou a propriedade, pelas condições urbanas de habitações ou infraestrutura irregulares, a Defesa Civil Municipal, com o apoio dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, propiciará as condições necessárias ao trabalho da Smam .

Art. 11. No laudo técnico de supressão vegetal, previsto no § 1º do art. 10 desta Lei Complementar, deverá constar, no mínimo:

I – descrição botânica do vegetal a sofrer a supressão, enfatizando a sua situação atual, além de dados dendrométricos de altura, diâmetro do tronco e diâmetro de projeção de copa, no sistema métrico, e condições fitossanitárias;

II – apresentação de registro fotográfico e ilustrações em planta baixa e perfis (cortes), contemplando as dimensões de projeção de ramos e a interferência com a ocupação;

III – demarcação dos vegetais em croqui ou planta de levantamento planialtimétrico, integrando o processo administrativo em tramitação na Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), quando for o caso;

IV – manifestação sobre a presença de ninho, ninhada de aves e abelhas nativas sobre os vegetais; e

V – indicação dos dados do responsável técnico, tais como: nome, telefone para contato, endereço e o número de registro no conselho de classe e respectiva ART.

§ 1º O laudo e anexos devem ser assinados pelo profissional responsável, sendo obrigatória a rubrica de todas as folhas pelo mesmo.

§ 2º Todos os profissionais que assinam o laudo devem apresentar a respectiva ART.

§ 3º O laudo deve ser juntado ao processo administrativo, através de ofício do proprietário do imóvel ou de seu representante legal.

CAPÍTULO VI

DO TRANSPLANTE

Art. 12. O transplante de vegetal, nativo ou exótico, dependerá da autorização da Smam, através da expedição de documento denominado Autorização Especial de Transplante de Vegetal (AETV).

§ 1º Somente será expedida a AETV, mediante manifestação técnica fundamentada.

§ 2º Para a concessão de AETV será necessária a apresentação de laudo técnico de transplante, elaborado por profissional devidamente habilitado,

mediante ART de laudo técnico de execução e de monitoramento, conforme exigências da Smam .

§ 3º É obrigatório o monitoramento do vegetal transplantado por profissional habilitado, com a apresentação de ART, por prazo não inferior a 12 (doze) meses, devendo ser apresentados relatórios periódicos, informando acerca das condições do vegetal transplantado, bem como o local de destino do mesmo, acompanhados de registro fotográfico.

§ 4º Os vegetais indicados para transplante deverão ser destinados preferencialmente para o mesmo imóvel; na impossibilidade de fazê-lo, caberá ao interessado sugerir outro local, em área no Município de Porto Alegre; e em se tratando de área pública, deverá o responsável anexar planta de local de destino e o aceite do setor competente.

§ 5º Quando a solicitação de transplante não for motivada por execução de obras, a critério técnico, poderão ser dispensados o laudo e o monitoramento, descritos nos §§ 2º e 3º deste artigo, sem prejuízo da compensação vegetal, no caso de insucesso.

§ 6º Considera-se insucesso, o vegetal transplantado que perecer até o prazo de 12 (doze) meses, contados do dia da realização do transplante vegetal.

§ 7º No caso de insucesso do transplante, o interessado deverá proceder à compensação vegetal, como se supressão vegetal fosse, observando o dobro do disposto no Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 13. Para análise do requerimento para AETV, a Smam exigirá a apresentação de laudo técnico de transplante vegetal, contendo, no mínimo:

I – identificação e qualificação do administrado requerente;

II – indicação dos dados do responsável técnico, tais como: nome, telefone para contato, endereço, número de registro no conselho de classe e a respectiva ART de laudo técnico de execução e de monitoramento de transplante por 12 (doze) meses;

III – descrição sucinta do projeto, quando for o caso, e justificativa técnica da solicitação de transplante vegetal;

IV – demarcação do vegetal em levantamento planialtimétrico ou planta topográfica, em escala que permita a localização precisa do vegetal no terreno, quando for o caso;

V – registro fotográfico do vegetal;

VI – descrição botânica do vegetal (família, gênero e espécie), dados dendrométricos (altura total e do fuste, diâmetro de projeção da copa, diâmetro à altura do peito, todos no sistema métrico), estado fitossanitário e expectativa de vida do vegetal, características do local de transplante (solo, comunidade vegetal associada, restrições legais existentes) e avaliação técnica quanto à raridade ou abundância da presença do vegetal na região;

VII – metodologia do transplante que pretende realizar:

a) poda;

b) remoção;

c) coveamento;

d) amarração;

e) tutoramento;

f) sistema de irrigação;

g) equipamentos que pretende utilizar; e

h) forma de transporte do vegetal na hipótese de ser autorizado o transplante;

VIII – descrição dos cuidados com o vegetal pós-transplante e definição dos parâmetros de monitoramento deste vegetal, bem como percentual estimado de sobrevivência do espécime em transplantes vegetais;

IX – diagrama esquemático do vegetal com marcação dos galhos a serem podados;

X – descrição do local de destino do vegetal transplantado;

XI – manifestação sobre a presença de ninho ou ninhada de aves sobre os vegetais;

XII – período do ano em que se pretende realizar o procedimento, que deverá ser, preferencialmente, no inverno;

XII – indicação do processo administrativo em tramitação na PMPA;
e

XIII – se for o caso, apresentar informações sobre condições que poderão dificultar ou impedir a realização do transplante, bem como, informar os procedimentos indispensáveis que deverão ser observados quando da realização do transplante vegetal.

§ 1º O laudo e anexos devem ser assinados pelo responsável técnico, bem como o mesmo deverá rubricar todas as folhas.

§ 2º Todos os profissionais que assinam o laudo devem apresentar a respectiva ART.

Art. 14. Na hipótese em que o transplante pretendido recair sobre vegetal ameaçado de extinção ou declarado imune ao corte, o requerimento deverá conter referência à norma que alcançou proteção ao vegetal.

Parágrafo único. No caso de insucesso do transplante de vegetal ameaçado de extinção ou de vegetal declarado imune ao corte, o requerente deverá proceder à compensação vegetal, como se supressão vegetal fosse, observado o triplo da compensação disposta no Anexo I.

Art. 15. Quando o transplante ocorrer em propriedade diversa daquela do requerente, o laudo de transplante deve ser acompanhado de anuência do proprietário do imóvel.

§ 1º Quando o transplante ocorrer em área pública, o local deverá sofrer prévia avaliação e aprovação da Smam .

§ 2º O transplante deverá ser executado, no máximo, em 24h (vinte e quatro horas), após a retirada do vegetal de seu local de origem.

§ 3º A data e o horário da realização do transplante deverá ser comunicada à Smam com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

§ 4º No caso de alterações das condições do vegetal, inclusive, a morte do mesmo, o responsável técnico deverá apresentar relatório informando acerca das prováveis causas das alterações.

§ 5º O local de destino do vegetal, incluindo passeio, meio-fio, redes de infraestrutura, canteiros, vegetação e demais equipamentos públicos, deverão permanecer em condições adequadas após o transplante, obrigando-se o responsável pelo procedimento a sua reparação ou reposição em caso de danos decorrentes do transplante.

§ 6º O descumprimento do disposto no § 5º deste artigo acarretará na aplicação de multa no valor igual ao dobro a ser utilizado para a reparação do dano.

CAPÍTULO VII

DA PODA

Art. 16. A poda de vegetal, nativo ou exótico, dependerá de autorização da Smam , mediante manifestação técnica fundamentada, através da expedição de documento denominado Autorização Especial de Poda de Vegetal (A-EPV).

§ 1º A poda vegetal autorizada não estará sujeita à compensação ambiental, salvo se houver manifestação técnica fundamentada da Smam .

§ 2º Nos casos previstos no § 1º deste artigo, caberá à Smam , definir a quantidade de mudas para compensação, a qual não ultrapassará o descrito na tabela constante no Anexo I desta Lei Complementar.

§ 3º Poderá ser concedida autorização para poda regular, para os casos em que a vegetação necessitar periodicamente deste procedimento, tais como cerca vivas e outros, sempre que se fizer necessário, dispensando-se o ingresso de novos pedidos para o mesmo fim, pelo período de 5 (cinco) anos.

Art. 17. A solicitação da AEPV caberá ao proprietário do imóvel onde se situa o vegetal, ou ao vizinho interessado, o qual poderá fazê-lo nos casos em que os galhos que pretende podar adentrarem os limites de sua propriedade, e na hipótese da viabilidade de execução da poda do seu imóvel.

Art. 18. Para a concessão de Autorização Especial de Poda de Vegetal, bem como para a sua execução, será necessária a apresentação de laudo técnico de poda vegetal, elaborado por profissional devidamente habilitado, mediante ART de laudo técnico e de execução.

Art. 19. Para a poda vegetal, cuja justificativa não decorra de construção civil, poderá ser dispensado o laudo técnico e ART, salvo quando em quantidade superior a 8 (oito) espécimes, ocasião em, que deverá ser juntada ao requerimento, planta ou croqui da área com a distribuição espacial das árvores, diâmetro a altura do peito, altura total, nome popular e científico.

Art. 20. No laudo técnico de poda vegetal, apresentado pelo solicitante, deverá constar, no mínimo:

I – descrição botânica do vegetal que pretende podar, seu estado fitossanitário atual e a projeção da copa em decorrência da poda pretendida, dados dendrométricos de altura, diâmetro a altura do peito e diâmetro de projeção de copa no sistema métrico;

II – apresentação de registro fotográfico, ilustrações em planta baixa e perfis (cortes) contemplando as dimensões de projeção de ramos e sua interferência na ocupação do terreno, bem como a solução proposta;

III – demarcação dos vegetais em croqui ou planta de levantamento planialtimétrico, integrando o expediente administrativo em tramitação no Município de Porto Alegre, quando for o caso;

IV – manifestação sobre a presença de ninho, ninhada de aves e abelhas nativas sobre os vegetais;

V – indicação do responsável técnico, com nome, telefone, endereço, número de registro no conselho de classe e respectiva ART; e

VI – indicação do processo administrativo em tramitação na PMPA.

§ 1º O laudo e seus anexos deverão ser assinados e todas as folhas rubricadas.

§ 2º Todos os profissionais que assinam o laudo deverão apresentar a respectiva ART.

CAPITULO VIII

CASOS ESPECIAIS DE PODA OU SUPRESSÃO EM ÁREA PRIVADA

Art. 21. A poda ou a supressão de espécies de vegetais arbóreos ou arbustivos, em áreas privadas, no Município de Porto Alegre, poderão ser realizadas por profissionais e empresas habilitadas, na forma descrita neste Capítulo.

§ 1º Desde que atendidas às restrições e os regramentos deste Capítulo, é permitida a poda de qualquer espécie de árvore ou arbusto, em qualquer número, em áreas privadas, nos seguintes casos:

I – formação de fuste, pela poda de ramos laterais para condução do vegetal em tronco único em espécimes com até 4m (quatro metros) de altura;

II – levantamento de copa, pela poda dos ramos da base da copa ou das terminações de ramos pendentes em até a metade da altura da árvore, limitado ao máximo de 4m (quatro metros) de altura;

III – ramos mortos, apodrecidos ou rachados;

IV – folhas secas de palmeiras;

V – eliminação de parasitas e hemiparasitas, pelo corte do caule dos mesmos, quando não houver necessidade de poda de rebaixamento de copa do vegetal infestado;

VI – afastamento de cerca elétrica em um raio de até 1m (um metro), sem prejuízo ao equilíbrio da copa;

VII – afastamento de ramal elétrico em um raio de até 1m (um metro) sem prejuízo ao equilíbrio da copa;

VIII – afastamento predial em até 2m (dois metros) de distância, sem prejuízo ao equilíbrio da copa;

IX – afastamento de telhado, no sentido vertical, em até 2m (dois metros), sem prejuízo ao equilíbrio da copa;

X – podas de topiaria para as espécies adequadas para esta finalidade, tais como: Hibiscus spp., Tuia (Thuja spp.), Ciprestes (Cupressu ssp.), Ficus benjamina e Ficus microcarpa; e

XI – podas de cerca-viva, sendo consideradas, para fins desta Lei Complementar, como cerca-viva, espécimes vegetais plantados em linha, adensados, com função de barreira.

§ 2º Os casos de supressão, previstos neste Capítulo, aplicam-se somente na forma e para as espécies de árvores e arbustos referidos nos arts. 25 e 26 desta Lei Complementar, sendo que, para todas as demais espécies de árvores e arbustos, a supressão deverá obedecer ao previsto nos Capítulos V, VI e VII desta Lei Complementar;

§ 3º Os casos de poda ou supressão, previstos no presente Capítulo, não se aplicam às árvores e arbustos que estejam situados em Área de Preservação Permanente, conforme disposto na Lei Federal nº 12.651, de 2012, ou o que vier a substituí-la;

§ 4º A Smam não fornecerá autorização para a poda e supressão, em áreas privadas, quando executadas na forma prevista neste Capítulo.

§ 5º Para a supressão vegetal, prevista neste Capítulo, será dispensada compensação vegetal para as espécies elencadas nos arts. 25, 26 e 27, desta Lei Complementar;

§ 6º Na supressão ou poda dos vegetais, deverá ser observada a presença de abelhas sem ferrão, que possam estar instaladas no fuste ou ramificações, hipótese em que deverá ser indicado no laudo técnico o tratamento a ser dado às abelhas, que deverão ser preservadas.

§ 7º O conjunto das intervenções em um mesmo vegetal não poderá exceder a 1/3 (um terço) do volume da copa (massa verde).

§ 8º A remoção de ramos mortos, apodrecidos ou rachados, prevista na alínea “c” do “caput” deste artigo, poderá, por razões de risco à população, ser realizada imediatamente, desconsiderado o prazo de 5 (cinco) dias úteis previstos no art. 29 desta Lei Complementar, devendo a justificativa constar no laudo técnico informado ao Serviço Fala Porto Alegre – 156.

Art. 22. Não se aplicam a este Capítulo a poda e a supressão para fins de construção civil e produção primária comercial.

Art. 23. A poda e a supressão previstas neste Capítulo serão realizadas por empresas prestadoras de serviço, pessoas jurídicas ou por profissionais legalmente habilitados, devidamente registrados nos respectivos Conselhos Profissionais, através da elaboração de laudo técnico e respectiva ART;

§ 1º A Smam, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, disponibilizará, na sua página contida na rede mundial de computadores, cartilha que abordará os critérios técnicos básicos que servirão para orientar a elaboração dos laudos referidos no “caput” deste artigo.

§ 2º Caso a pessoa física ou jurídica, responsável legal pela área privada, comprove não possuir renda suficiente para a contratação de laudo técnico para a realização de poda ou supressão, na forma deste Capítulo, poderá solicitá-las conforme disposto nos Capítulos V, VI e VII desta Lei Complementar.

§ 3º A Smam comunicará ao respectivo Conselho Profissional os nomes das empresas prestadoras de serviços e dos profissionais legalmente habilitados, que forem autuados por descumprimento de aspectos técnicos ou legais, relacionados à poda ou à supressão.

Art. 24. Na forma deste Capítulo poderá haver, a cada 12 (doze) meses, a supressão de até 3 (três) exemplares das seguintes espécies exóticas invasoras:

- I – Acácia-negra (*Acacia mearnsii*);
- II – Amoreira (*Morus nigra*);
- III – Casuarina (*Casuarina equisetifolia*);
- IV – Cinamomo (*Melia azedarach*);
- V – Eucalipto (*Eucalyptus spp.*);
- VI – Goiabeira (*Psidium guajava*);
- VII – Jambolão (*Syzygium cumini*);
- VIII – Ligustro (*Ligustrum spp.*);
- IX – Nespereira (*Eriobotrya japonica*);
- X – Pinheiro-americano (*Pinus elliottii* e *Pinus taeda*); e
- XI – Uva-do-japão (*Hovenia dulcis*).

§ 1º A supressão de mais de 3 (três) espécimes das espécies previstas no “caput” deste artigo, no período de 12 (doze) meses, deve ser realizada na forma prevista no Capítulo V desta Lei Complementar.

§ 2º A supressão de cada exemplar será compensada com o plantio de espécie nativa, na proporção de 1 (um) para 1 (um) no mesmo terreno; casos excepcionais serão examinados pela Smam.

§ 3º O Município de Porto Alegre poderá, por Decreto, modificar e ampliar a listagem das espécies definidas no “caput” deste artigo, desde que haja justificativa científica para tanto.

Art. 25. Os procedimentos de poda para formação e manutenção, e procedimentos relativos à supressão de espécimes frutíferos comestíveis estão isentos de laudo, autorização e comunicação à Smam, quando forem constituídos das seguintes espécies, sendo a supressão limitada ao máximo de 3 (três) indivíduos a cada 12 (doze) meses:

- I – Acerola (*Malpighia emarginata*);

- II – Ameixeira (*Prunus salicina*);
- III – Bananeira (*Musa paradisiaca*);
- IV – Caquizeiro (*Diospyros kaki*);
- V – Figueira-de-doce (*Ficus carica*)
- VI – Laranjeira, Bergamoteira, Limoeiros e afins (*Citrus spp.*);
- VII – Macieira (*Malus sylvestris*);
- VIII – Mamoeiro (*Carica papaya*).
- IX – Marmeleiro (*Cydonia vulgaris*);
- X – Parreira (*Vitis vinifera*);
- XI – Pereira (*Pirus communis*); e
- XII – Pessegueiro (*Prunus persica*).

Parágrafo único. O Município de Porto Alegre poderá, por Decreto, modificar e ampliar a listagem das espécies definidas no “caput” deste artigo, desde que haja justificativa científica para tanto.

Art. 26. Os procedimentos de poda ou supressão, em espécimes ornamentais, estão isentos de laudo, autorização e comunicação à Smam, quando forem constituídos das seguintes espécies:

- I – Agave (*Agave americana*);
- II – Amarelinho (*Tecoma stans*);
- III – Areca-bambu (*Dyopsis luutescens*);
- IV – Cheflera (*Schefflera arboricola*);
- V – Espirradeira (*Nerium oleander*);
- VI – Dracena (*Dracaena spp.*);
- VII – Iuca (*Yucca filamentosa* e *Yuca elephantipes*);

VIII – Jasmim do cabo (*Gardenia jasminoides*);

IX – Malvavisco (*Malvaviscus arboreus*);

X – Mimo-de-vênus (*Hisbiscus rosa-sinensis*); e

XI – Pingo-de-ouro (*Duranta repens*).

Parágrafo único. O Município de Porto Alegre poderá, por Decreto, modificar e ampliar a listagem das espécies definidas no “caput” deste artigo, desde que haja justificativa científica para tanto.

Art. 27. Procedimentos de poda ou supressão de Mamona (*Ricinus communis*) estão isentos de laudo, autorização e comunicação à Smam .

Art. 28. A empresa prestadora de serviço ou o profissional legalmente habilitado comunicará a realização do serviço de poda ou supressão, via serviço Fala Porto Alegre – 156 da PMPA com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando:

I – O local onde será realizado o serviço de poda ou supressão;

II – A data provável da execução;

III – Descrição detalhada dos serviços que serão realizados;

IV – O nome do Responsável Técnico pela execução dos serviços;

V – O número de Registro Profissional no respectivo Conselho de Profissão;

VI – O número da ART, de Laudo Técnico e de Execução, emitida para os serviços;

VII – O local de destinação dos resíduos oriundos da poda ou supressão; e

VIII – O nome completo do proprietário do imóvel, e também seus dados de contato incluindo endereço completo, telefone convencional, telefone celular, endereço eletrônico, bem como seu CPF ou CNPJ.

§ 1º O laudo técnico da poda ou supressão, bem como a respectiva ART, elaborados pelo profissional legalmente habilitado, deverão ser anexados, no formato “Portable Document Format” (PDF) no protocolo do pedido junto ao Serviço Fala Porto Alegre.

§ 2º O protocolo da informação do Serviço Fala Porto Alegre, bem como o laudo técnico, devem ser apresentados à fiscalização da Smam no momento da realização do serviço, em de caso solicitação.

§ 3º O descumprimento de qualquer uma das obrigações prevista no art. 28 acarretará na aplicação de multa no valor de 237,562 (duzentas e trinta e sete vírgula sessenta e duas) UFMs, por obrigação descumprida.

§ 4º O Serviço Fala Porto Alegre disponibilizará, à respectiva zonal da Smam, o pedido e os anexos em PDF, para fins de fiscalização, no mesmo dia de sua solicitação;

§ 5º Mensalmente, a Smam , através do Sistema Fala Porto Alegre – 156, informará aos respectivos Conselhos Profissionais, o nome, número de registro e as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica emitidos, para fins de fiscalização.

Art. 29. Cabe à Zonal da Smam, em sua respectiva área de atuação, a fiscalização sobre os serviços realizados e a notificação ou autuação da empresa executora dos serviços, ou do profissional legalmente habilitado, por descumprimento de aspectos técnicos e legais relacionados à poda ou supressão, quando for o caso.

Parágrafo único. A fiscalização da Smam será realizada por amostragem e por denúncia.

Art. 30. No Laudo Técnico, previsto no § 1º do art. 28 desta Lei Complementar, deverão constar:

I – a localização, no imóvel, dos espécimes a serem podados ou suprimidos;

II – a descrição botânica do vegetal que pretende podar ou suprimir, seu estado fitossanitário atual, suas condições de estabilidade física, informação sobre a presença de organismos causadores de biodeterioração da madeira, dados dendrométricos de altura, diâmetro a altura do peito e diâmetro de projeção de copa, no sistema métrico;

III – a descrição botânica do vegetal, requerida no inciso anterior, deverá incluir o nome científico, a família botânica e o nome popular;

IV – apresentação de registro fotográfico, ilustrações em croquis, contemplando as dimensões de projeção de ramos e sua interferência na ocupação do terreno;

V – deverão ser apresentados os fundamentos e as justificativas técnicas pelos quais a poda ou a supressão da árvore são necessários e indicados;

VI – deve ser apresentada, de forma clara e objetiva, a solução técnica indicada para cada caso descrito, bem como o resultado esperado após a execução dos serviços;

VII – a manifestação sobre a presença de ninho ou ninhada de aves sobre os vegetais, bem como sobre a presença de abelhas sem ferrão;

VIII – a indicação do responsável técnico e da empresa, com nome, telefone, e-mail, endereço, número de registro no Conselho de Classe e respectiva ART, no caso de pessoa jurídica;

IX – a indicação do responsável técnico, com nome, telefone, e-mail, endereço, número de registro no Conselho de Classe e respectiva ART, no caso de pessoa física.

Art. 31. O laudo técnico e seus anexos deverão ser assinados e todas as folhas rubricadas.

Art. 32. No caso de ação fiscal por supressão ou poda irregular de vegetais, a empresa prestadora de serviços e o profissional legalmente habilitado serão autuados na forma prevista na legislação vigente.

Parágrafo único. Será autuado o proprietário ou o responsável pelo imóvel, no caso de podas ou supressões não previstas no laudo da empresa prestadora de serviços e do profissional legalmente habilitado.

Art. 33. É de responsabilidade do proprietário do imóvel contratar o serviço de recolhimento e transporte dos resíduos oriundos da atividade de poda ou supressão, até um local licenciado para receber os mesmos, caso estes resíduos não possam ser adequadamente dispostos na mesma propriedade, na qual houve a intervenção nos vegetais.

§ 1º As áreas públicas no entorno devem permanecer limpas, sem qualquer vestígio dos resíduos dos vegetais podados ou suprimidos.

§ 2º O descumprimento das obrigações contidas no “caput” e no § 1º acarretará na aplicação de multa de 237,562 (duzentas e trinta e sete vírgula quinhentos e sessenta e dois) UFMs até 20.000 (vinte mil) UFMs, de acordo com a gravidade da infração.

Art. 34. O disposto neste Capítulo não se aplica às árvores tombadas, imunes ao corte e às espécies ameaçadas de extinção, assim consideradas pela legislação, permanecendo a necessidade de autorização expedida pela Smam para as intervenções pretendidas nestes casos.

Art. 35. A critério da Smam, poderá ser determinada a suspensão da intervenção vegetal, sendo comunicado ao proprietário do imóvel ou seu representante legal o fundamento técnico da decisão.

Art. 36. Excetuam-se das disposições vigentes neste Capítulo, os casos fortuitos e de força maior.

CAPÍTULO IX

DA AÇÃO FISCAL

Art. 37. No caso de ação fiscal por supressão, poda ou transplante não autorizado de vegetal, o autuado poderá firmar Termo de Compromisso Ambiental (TCA) com vistas à reparação voluntária do dano ambiental, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

§ 1º Caberá à Smam identificar o dano ambiental e definir a sua forma de reparação;

§ 2º Cumprido o compromisso descrito no TCA, a reparação será considerada atenuante, para efeito de julgamento administrativo;

Art. 38. No caso de auto de infração por supressão, poda ou transplante não autorizado de vegetal, já julgado administrativamente, com aplicação da sanção de multa, poderá o autuado firmar um TCA no qual serão ajustadas as condições e obrigações a serem cumpridas pelo infrator, visando à reparação do dano ambiental.

§ 1º A assinatura do respectivo TCA obrigará o autuado a recolher, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor atualizado da multa, suspendendo-se a exigibilidade do valor restante até o prazo fixado no termo para o integral cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo do disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Cumpridas integralmente as obrigações assumidas pelo autuado, a multa poderá ser reduzida em até 40% (quarenta por cento) do valor atualizado monetariamente, por decisão administrativa de competência da Smam.

Art. 39. A supressão não autorizada dos vegetais destinados a permanecerem no imóvel será considerada como agravante, por ocasião do julgamento da infração administrativa, triplicando o valor da multa estabelecida para a infração, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CAPÍTULO X

DOS PROJETOS DE PARCELAMENTO E EDIFICAÇÕES

Art. 40. Os projetos de parcelamento de solo, público ou privado, edificações e obras em geral deverão ser avaliados, no âmbito da administração municipal, previamente, pela Smam, sempre que o imóvel ou o respectivo passeio público possuírem vegetação arbórea com altura igual ou superior a 2m (dois metros).

§ 1º Deverá ser demarcada, em Planta de Levantamento Planialtimétrico, quando houver, ou na Planta de Situação e Localização toda a vegetação arbórea, com altura igual ou superior a 2m (dois metros), incidente no imóvel e no passeio público.

§ 2º A vegetação arbórea demarcada será numerada em ordem sequencial e as plantas deverão ser apresentadas na mesma escala da planta de implantação do projeto.

§ 3º Também deverão ser demarcados em planta:

I – a vegetação situada em terrenos lindeiros, cuja projeção de copa incida sobre o imóvel objeto de análise;

II – demais elementos naturais, protegidos ou não, tais como:

a) corpos d'água;

b) nascentes;

c) arroios;

d) talvegues; e

e) banhados e afloramentos rochosos incidentes no imóvel ou no entorno.

§ 4º Quando houver, no imóvel ou no passeio público, 8 (oito) ou mais espécimes vegetais arbóreos, será obrigatória a apresentação de laudo téc-

nico de cobertura vegetal e ART, emitidos por profissional devidamente habilitado, conforme exigências da Smam .

§ 5º Quando for o caso, os responsáveis técnicos ou requerentes deverão atestar, expressamente, em planta ou em declaração, a inexistência de vegetação arbórea ou outros elementos naturais no imóvel e no passeio.

§ 6º Os projetos, descritos no “caput” deste artigo, que preveem a supressão, o transplante ou a poda de vegetação preexistente, serão submetidos à análise técnica fundamentada da Smam;

§ 7º Constatada a necessidade de preservação de vegetais previstos em projetos para supressão, transplante ou poda, a Smam poderá requisitar alterações dos projetos.

§ 8º O disposto neste artigo não afasta a necessidade de atendimento às exigências previstas nas demais regras vigentes.

Art. 41. No laudo técnico de cobertura vegetal, previsto no § 4º do art. 40, deverá constar, no mínimo:

I – descrição botânica de todos os vegetais incidentes no imóvel e no passeio público, com altura igual ou superior a 2m (dois metros), informando os dados dendrométricos de altura, diâmetro à altura do peito e diâmetro de projeção da copa, no sistema métrico, bem como suas condições fitossanitárias; os vegetais isolados ou sob a forma de mancha deverão ser numerados sequencialmente na forma “1 -> n”;

II – planta de levantamento planialtimétrico, quando houver, ou planta de situação e localização, com a demarcação de todos os vegetais arrolados no laudo, devidamente numerados;

III – manifestação quanto à incidência de vegetais de espécies raras, endêmicas, ameaçadas, declaradas imunes ao corte, árvores tombadas, bem como daquelas com especial interesse de preservação;

IV – manifestação sobre a presença de ninho, ninhada de aves e abelhas nativas sobre os vegetais; e

V – manifestação quanto à incidência de remanescentes florestais do Bioma Mata Atlântica, atendendo ao disposto na legislação vigente;

VI – indicação dos dados do responsável técnico, bem como apresentação da respectiva ART; e

VII – indicação do número do processo administrativo em tramitação na PMPA.

§ 1º O laudo e anexos deverão ser assinados e todas as folhas rubricadas.

§ 2º Todos os profissionais que assinam o laudo deverão apresentar a respectiva ART.

§ 3º Os vegetais, descritos no laudo, deverão ser identificados no terreno, através da colocação de etiquetas numeradas, que deverão permanecer até o momento da vistoria final, “habite-se” ou entrega do loteamento.

§ 4º Para as manchas vegetais deverá ser informado o estágio sucessional, bem como estimado o número de indivíduos por espécie e a altura média do dossel.

§ 5º Somente será admitida a descrição sob a forma de manchas nas situações em que a densidade dos indivíduos assim justificar.

§ 6º No caso de incidência de mata atlântica, conforme referido no inc. V, do “caput” deste artigo, poderá ser solicitada, ao empreendedor, a apresentação de inventário fitossociológico e demais estudos necessários à aplicação da legislação pertinente.

§ 7º As propostas de intervenção na vegetação deverão ser acompanhadas de análise complementar, contendo:

I – planta(s) com legenda indicando vegetação a permanecer, remover, transplantar, podar e implantar;

II – planta baixa e perfis (cortes), demonstrando a projeção de ramos e eventual interferência com a proposta; e

III – quadro síntese de intervenções na vegetação e estimativa de compensação vegetal, conforme modelo a ser fornecido pela Smam.

Art. 42. A expedição da Carta de Habitação, quanto às edificações e o recebimento do parcelamento do solo pelo Poder Público, fica condicionada ao cumprimento integral das obrigações assumidas perante a Smam, sem prejuízo do integral cumprimento de outras obrigações.

Parágrafo único. Os TCVs que tenham obrigações acordadas com a Smam, com prazo superior ao recebimento da Carta de Habitação, não serão impeditivos da expedição da mesma.

CAPÍTULO XI

DA PUBLICIDADE NAS AÇÕES DE PODA, SUPRESSÃO OU TRANSPLANTE.

Art. 43. Qualquer ação de supressão, transplante ou poda de vegetais arbóreos que, a critério da Smam, sejam notáveis por seu porte, raridade, interatividade na cadeia alimentar ou por seu valor paisagístico, deverá ser precedida de divulgação.

§ 1º Excetuam-se do previsto no “caput” deste artigo, as podas e as supressões previstas no Capítulo VIII desta Lei Complementar;

§ 2º A responsabilidade pela divulgação será efetivada pelo requerente responsável pela intervenção, seja pessoa física ou jurídica, pública ou privada.

§ 3º As divulgações previstas neste artigo deverão se dar com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis antes da intervenção.

§ 4º Para efeito do disposto nesta Lei Complementar, considera-se divulgação os seguintes meios:

I – instalação de placa informativa no local da poda, supressão ou transplante, em quantidade e tamanho compatível, conforme modelo a ser fornecido pela Smam, devendo esta permanecer no local, pelo menos, por 5 (cinco) dias úteis, antes do início das obras até sua conclusão;

II – publicação em jornal;

III – panfletagem no entorno, compreendendo-se as ruas que circundam a quadra, na qual o vegetal que sofrerá a intervenção esteja localizado ou, quando não for possível, a comunidade domiciliada em um raio de 200m (duzentos metros) lineares a contar do vegetal; e

IV – outras medidas aprovadas pela Smam.

§ 4º Cabe à Smam definir os meios de divulgação a serem utilizados, que deverão estar descritos na Autorização emitida.

§ 5º O não cumprimento do disposto neste artigo ensejará a nulidade da autorização, sujeitando o responsável à ação fiscal.

Art. 44. Excepcionalmente, excetuam-se da obrigação de divulgação, a que se refere o art. 43, os casos de urgência de poda ou supressão, pela manifesta ruína de espécies vegetais arbóreas em decorrência de caso fortuito, ou pela conclusão de parecer técnico de servidor da Smam .

Art. 45. Constará, em qualquer forma de divulgação, no mínimo, o número do processo e a forma de compensação ambiental, sob pena de nulidade da autorização, sujeitando o responsável à ação fiscal.

CAPITULO XII

DAS PENALIDADES

Art. 46. Podar ou danificar vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente.

Multa de 150 (cento e cinquenta) a 50.000 (cinquenta mil) UFMs.

Art. 47. Suprimir vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente.

Multa de 250 (duzentas e cinquenta) a 2.000.000 (duas mil) UFMs, sendo, no mínimo, o dobro do valor da compensação vegetal correspondente, quando possível calcular;

Art. 48. Podar ou danificar vegetação exótica, sem autorização do órgão ambiental competente.

Multa de 70 (setenta) a 20.000 (vinte mil) UFMs.

Art. 49. Suprimir vegetação exótica, sem autorização do órgão ambiental competente.

Multa de 150 (cento e cinquenta) a 2.000.000 (duas mil) UFMs, sendo, no mínimo, o dobro do valor da compensação vegetal correspondente, quando possível calcular;

Art. 50. Deixar de atender a qualquer exigência determinada por esta lei, quando devidamente notificado pelo órgão ambiental competente, no prazo concedido, visando à regularização, correção, adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental ou de reparação dos danos ambientais.

Multa de 300 (trezentas) a 50.000 (cinquenta mil) UFMs.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 51. Cabe à Smam definir as espécies vegetais arbóreas que serão utilizadas para compensação.

Art. 52. O período de validade do TCV, AERV, AETV ou AEPV será de 1 (um) ano, podendo ser revalidado mediante solicitação.

Art. 53. No caso de renovação de termos e autorizações, expedidos anteriormente à publicação desta Lei Complementar, os mesmos poderão ser reavaliados, uma vez, com base na legislação vigente à época de sua emissão.

Art. 54. Esta Lei Complementar não é aplicável para vegetais com altura inferior a 2 (dois) metros, ressalvadas as situações de resgate e transplante de mudas, quando determinado pela Smam .

Parágrafo único. Resgate é o procedimento técnico adotado para evitar a supressão de mudas de árvores ou de outras formas de vida vegetal, em decorrência de intervenção autorizada no local de sua ocorrência.

Art. 55. A compensação vegetal, de que trata esta Lei Complementar, poderá ser dispensada, mediante decisão fundamentada, nos casos de manejo de espécies exóticas invasoras, manejo da vegetação para atividades relacionadas à produção primária, manejo de vegetação por risco iminente de queda, ou por riscos diversos, ou o manejo de vegetais mortos, hipóteses devidamente atestadas por profissional habilitado.

Art. 56. A compensação vegetal, de que trata esta Lei Complementar, poderá ser dispensada, por decisão fundamentada, proferida pela autoridade ambiental municipal, para contribuintes de baixa renda, ou seja, com renda familiar de até 3 (três) salários-mínimos regionais; e para obras de ampliação ou manutenção de unidades de ensino e hospitais públicos ou filantrópicos.

Parágrafo único. A comprovação de baixa renda deverá ser certificada por vistoria do respectivo Centro Administrativo Regional (CAR) do Município de Porto Alegre.

Art. 57. Para fins desta Lei Complementar, entende-se por espécie exótica invasora aquela que foi introduzida e reproduziu-se com sucesso na região em questão, resultando no estabelecimento de populações que se expandem

e ameaçam ecossistemas, “habitat” ou espécies, acarretando danos econômicos e ambientais.

Art. 58. A existência de sub-bosque ensejará, a critério da Smam, o devido resgate das mudas, bem como a sua consequente destinação, conforme critérios e orientações estabelecidos pela Smam .

Art. 59. O responsável pela execução do trabalho autorizado deverá apresentar a Autorização expedida pela Smam , quando exigido pela fiscalização ou por qualquer cidadão interessado.

Art. 60. Para o efetivo cumprimento desta Lei Complementar, fica autorizado o Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre a emitir um aporte inicial de CCV, no valor de 2.000.000 (dois milhões) de UFMs.

§ 1º Deverá ser contingenciado dos atuais recursos existentes, no Fundo Pró-Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, o valor previsto no “caput” deste artigo;

§ 2º Além do aporte, previsto no “caput” deste artigo, poderá ser utilizado, para a emissão dos Certificados de Compensação Ambiental, as terras efetivamente compradas no ano de 2013, para a criação ou ampliação de Unidades de Conservação.

Art. 61. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 62. Ficam revogados os Decretos n.:

I – 10.237, de 11 de março de 1992,

II – 10.258, de 3 de abril de 1992,

III – 15.418 de 20 de dezembro de 2006

IV – 17. 232 de 26 de agosto de 2011

V – 18.083 de 21 de novembro de 2012

VI – 18.305, de 28 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE,

José Fortunati,
Prefeito.

ANEXO I

TABELA DE COMPENSAÇÃO VEGETAL			
ESPÉCIES SUPRIMIDAS (VEGETAIS ISOLADOS)			
Espécie	Altura	Número de mudas a compensar	
		Área de Interesse Ambiental (AIA) e Área Rarefeita (AR)	Área Intensiva (AI)
1. Espécies exóticas no RS referidas no artigo 24 desta Lei	> 2 m	1	1
2. Demais espécies exóticas no RS, exceto as situações referidas nos artigos 25, 26 e 27 desta Lei	□ □ m e □ 5 m	2	3
	> 5 m e □ 10 m	3	4
	> 10 m	5	6
3. Espécies pioneiras nativas do RS	□ □ m e □ 5 m	5	4
	> 5 m e □ 10 m	9	7
	> 10 m	11	9
4. Espécies secundárias nativas do RS	□ □ m e □ 5 m	6	6
	> 5 m e □ 10 m	9	9
	> 10 m e □ 15 m	11	11
	> 15 m	14	14
5. Espécies climáticas nativas do RS	□ □ m e □ 5 m	8	8
	> 5 m e □ 10 m	11	11
	> 10 m e □ 15 m	13	13
	> 15 m	15	15

TABELA DE COMPENSAÇÃO VEGETAL continuação		
VEGETAÇÃO SUPRIMIDA (VEGETAIS EM MANCHA)		
Tipo de Vegetação	Número de mudas a compensar a cada 10m ² ou fração	
	AIA e AR	AI
6. Mata Nativa em estágio inicial de regeneração	9	5
7. Mata Nativa em estágio médio de regeneração	12	6
8. Mata Nativa em estágio avançado de regeneração	17	9
9. Maricazal	8	4
10. Manchas mistas (predominância de indivíduos exóticos com sub-bosque de nativas)	9	5
Observações sobre esta tabela, para os casos em que se aplicar:		
1. Caso a espécie for ameaçada de extinção, conforme consta no Decreto Estadual nº 42.099/2003 ou norma que vier a substituí-lo, o número de mudas a compensar poderá ser acrescido em até 50%.		
2. No caso de indivíduos com estado fitossanitário ruim, o número de mudas a compensar poderá ser reduzido em até 50%, mediante parecer técnico fundamentado.		
3. Área de Interesse Ambiental – AIA, Área Rarefeita – AR e, Área Intensiva – AI estão previstas no PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município de Porto Alegre.		
4. Mancha Vegetal: Ecossistemas naturais ou seminaturais com associações de espécies vegetais arbóreas, nos diversos estágios sucessionais, onde coexistem outras espécies da flora e da fauna, que variam em função das condições climáticas, edáficas, topográficas e ecológicas.		

ANEXO II

Especificações das mudas para plantio

1. Das mudas de árvores (padrão geral):

As mudas devem obedecer ao seguinte padrão:

- a) altura mínima de fuste – 1,80 metros;
- b) sistema radicular embalado (não serão aceitas mudas com raízes nuas);
- c) diâmetro do caule proporcional à altura total da muda e de acordo com as características da espécie a que pertence;
- d) ramificações da copa dispostas de forma equilibrada;
- e) sem injúrias mecânicas;
- f) não apresentar ataque por pragas e doenças.

2. Das palmeiras:

As palmeiras devem obedecer ao seguinte padrão:

- a) estipe (caule) retilíneo com altura mínima de 1,00 metro, exceto para butiazeiros;
- b) sistema radicular embalado;
- c) ramificações da copa dispostas de forma equilibrada;
- d) sem injúrias mecânicas;
- e) não apresentar ataque por pragas e doenças.